

Apontamentos para pensar a diversidade como critério qualitativo no mecanismo semiótico da comunicação e da cultura

Notes to think about diversity as a qualitative criterion in the semiotic mechanism of communication and culture

Paulo Masella

paulomasella@gmail.com

Doutor e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Bacharel e licenciado em Filosofia pela Universidade de São Paulo

Resumo

Os modelos matemáticos e sistêmicos tendem a ser insuficientes para avaliar qualitativamente o processo comunicacional na medida em que estão focados na eficácia técnica da transmissão da informação e em uma concepção operacional dos meios. Por outro lado, a visão paradigmática proposta pela teoria crítica é propensa a sobrevalorizar os aspectos ideológicos que comprometem a qualidade de um texto em detrimento de sua análise estrutural. Procurando equacionar essa dicotomia, é conduzida uma análise crítica do mecanismo semiótico da comunicação e da cultura (Lotman e Uspenskii) onde se sustenta a hipótese de que a diversidade possa se constituir no critério de avaliação qualitativa de modelos sistêmicos a partir da tensão dialética entre o programa econômico da memória e a função tradutória da fronteira.

Palavras-chave: epistemologia, tradução semiótica, diversidade.

Abstract

Mathematical and systemic models tend to be insufficient to qualitatively evaluate the communication process to the extent that they are focused on technical efficiency of information transmission and an operational conception of media. On the other hand, the paradigmatic view proposed by critical theory tends to overvalue the ideological issues that affect the quality of a text rather than its structural analysis. In order to equalize this dichotomy, this article offers a critical analysis of the semiotic mechanism of communication and culture (Lotman and Uspenskii) which relies on the hypothesis that diversity may constitute a criterion for the qualitative assessment of systemic models, based on the dialectical tension between the economic program of memory and the translating function of the border.

Keywords: epistemology, semiotic translation, diversity.

1. Introdução

Partindo-se do modelo canônico da transmissão da informação e da repercussão de sua epistemologia em diversas concepções teóricas, pode-se inferir que ao menos dois problemas cruciais limitam sua aplicação ao amplo escopo de análise dos processos comunicacionais. Primeiramente, trata-se do relativo privilégio que os signos discretos passaram a usufruir nas epistemologias da comunicação,

relegando a dimensão estética a uma posição secundária que tenderia a ser tomada como epifenômeno, como uma questão de gosto que, ao não dispor de critérios rigorosos na produção de sentido, estaria sujeita a formulações débeis e inconsistentes, obstaculizando, portanto, a tentativa de conciliar “sistemas políglotas” na mesma dinâmica do processo comunicacional. Outro entrave, herdado da dicotomia emissor-receptor, reside na suposição de uma intencionalidade que, ao conferir um aspecto teleológico

à comunicação, torna-a refém da invariância do código, impossibilitando admitir a descontinuidade, o hiato, como um desvio produtivo de sentido ao processo comunicacional. Nesse caso, imprevisibilidade e intraduzibilidade são vistas com certo desconforto para a eficácia desse processo que tende a perceber toda mudança qualitativa que ocorre na passagem da informação de um meio a outro como um risco e não como um ganho.

Esses obstáculos epistemológicos têm sido enfrentados há muito tempo por diversas concepções teóricas que admitem o pressuposto básico de que uma mudança qualitativa possa vir a ocorrer na passagem da informação de um meio a outro. Diferem, contudo, na avaliação dessa mudança desde que a considerem como um risco ou como um ganho, na medida em que estejam respectivamente pautadas pela univocidade ou ambiguidade do processo comunicacional. Dificilmente admitem um modelo epistemológico que se valha dessa contrariedade para impor uma dinâmica que ainda responda à necessidade de avaliar qualitativamente os processos comunicacionais. Necessidade esta que provém justamente da constatação empírica de que não apenas um, mas diversos sistemas semióticos e contextos estejam envolvidos no processo comunicacional, de modo que não se possa mensurar sua eficácia isolando-o e nivelando-o a partir de uma gradação que vai do sim ao não (comunicante – não comunicante), do responsivo ao não responsivo, mas considerando-o como um mecanismo complexo e inteligente que estabelece seus próprios critérios de distinção a partir da hierarquização dos estratos semióticos que o constituem.

Na medida em que a proposição de maior complexidade ao processo comunicacional dificulta a possibilidade de auferir sua eficácia, torna-se ainda mais essencial a busca da abordagem qualitativa como critério epistemológico de regulação de seu mecanismo sistêmico. Sob essa perspectiva, a ideia de que haja uma perda no processo de transformação da informação poderia ser revertida em ganho na medida em que se recodificasse seu sentido na passagem de um meio ao outro, aumentando as chances de introdução de informação nova no sistema. Ao não se considerar que o excesso de informação não satisfaz às exigências de um salto qualitativo na comunicação de modo a controlar os riscos de redundância ao sistema, observam-se duas tendências: um maior controle no fluxo dos processos, podendo levar o sistema à busca de uma padronização para evitar os riscos de perdas, assim como, ao contrário, um maior relaxamento nos dispositivos que regulam esses fluxos, implicando maior permissividade com os padrões de conexão, aumentando o volume de informação, mas consentindo com sua ambiguidade. Trata-se de modelos dinâmicos, mas não dialéticos. Inicialmente, o modelo econômico pode sugerir escassez, mas assegura eficiência e forte estruturação ao sistema, azeitando a engrenagem ao ponto de ulteriormente produzir

abundância. Abundância que também pode decorrer da parca exigência do sistema em padronizar as informações, que, diversificadas, mas não suficientemente organizadas, levariam esse mesmo sistema a uma posterior desestruturação e possível colapso cognitivo. Ou seja, a dinâmica desses modelos quantitativos não se mostra eficiente para manter a sustentabilidade dos sistemas, ainda que deles se possam extrair dados qualitativos quando operados dialeticamente, resultando numa equação propositiva em que a diversidade surge como critério pelo qual se possa avaliar e auferir a qualidade dos processos comunicacionais, coibindo seus dois maiores vícios: a escassez e o excesso de informação, que, apesar dos sinais opostos, convergem quando significam excessiva padronização (pouco ou muito do mesmo), levando à homogeneização cultural quando isolados de uma mesma dinâmica.

A sustentação dessa hipótese é defendida em seguida a partir do quadro teórico da semiótica da cultura, ou mais propriamente pela *interpretação* do mecanismo semiótico da comunicação e da cultura desenvolvido pelos semioticistas Iúri Lótman e Boris Uspenskii (1971). Ainda que o objetivo deste artigo não seja apresentar os já conhecidos pressupostos teóricos da semiótica da cultura, torna-se necessário introduzir a concepção sistêmica formulada por Lótman acerca do espaço semiótico¹ e seu entendimento da comunicação como tradução semiótica, para, em seguida, propor algumas reflexões críticas sobre o funcionamento do seu mecanismo na defesa dos argumentos acima expostos.

2. O espaço semiótico como sistema de comunicação e cultura

A proposição teórica de Lótman concebe o espaço como matriz epistemológica na comunicação, agregando-lhe ainda a condição de um sistema cultural sem o qual a própria comunicação não faria sentido. Parte-se da hipótese de que o *espaço semiótico* seja constituído por dois ou mais sistemas de signos em interação com determinados contextos, possibilitando a criação de um ambiente ou de uma espacialidade propriamente comunicacional, assim como da proposição que a dinâmica de um *sistema de cultura* ocorre na fronteira entre aquilo que lhe é próprio e aquilo que lhe é estrangeiro através de processos de *tradução*, ou *modelização da linguagem*, que podem também ser entendidos como *semioses*. Caso não houvesse essa dinâmica, comunicação e cultura estariam sujeitas à repetição daquilo que é próprio e à intraduzibilidade ab-

¹ Embora os conceitos de *espaço semiótico*, *sistema de cultura*, *cultura* e *semiosfera* sejam correlatos na concepção teórica de Lótman, utilizam-se aqui preferencialmente os dois primeiros termos, ou ainda, dependendo do contexto, apenas sistema. Evita-se, sobretudo, o uso do termo *cultura* devido a sua polissemia.

solta daquilo que lhes é estrangeiro – como se supõe em sistemas fechados ou isolados. Por outro lado, para que haja dinâmica, é preciso haver certo grau de desordem ou de intraduzibilidade entre um sistema que busca se organizar e outro para o qual as informações dispersas possam se constituir em padrões de conexões possíveis, tornando próprio o que era antes estrangeiro ao dado sistema e condicionando comunicação e cultura no agenciamento de um espaço semiótico comum, ainda que tensionado por forças ideológicas.

Se o que define um sistema é um conjunto de elementos interconectados de modo a formar um todo organizado, o que caracteriza um sistema cultural é que esses elementos possuam um valor semiótico. Supõe-se também que um sistema tenha um fechamento estrutural que permita lhe atribuir um caráter delimitado que é dado pela sua fronteira, separando o que lhe é interno do que lhe é externo. Essa configuração espacial que se replica nos sistemas culturais permite entender a fronteira como uma condição espacial e como uma dimensão epistemológica através da qual o que lhe é alheio, ou estrangeiro, possa vir a se tornar próprio. Todavia, essa condição espacial da fronteira não é um decalque borrado de uma identidade cultural, assim como sua epistemologia não se resume a um fator de tradução linguístico. Trata-se, diversamente, de uma espacialidade dinâmica e fluida na medida em que se considere um dado sistema de signos relacionando-se com o outro de modo intra ou intercultural, diacrônica ou sincronicamente, assim como a tradução de um sistema ao outro está circunscrita a quaisquer códigos e não apenas os linguísticos.

As bases de entendimento da comunicação como um processo tradutório provêm, sobretudo, da apropriação dos conceitos de texto e de recodificação para o contexto teórico do espaço semiótico. A noção de *recodificação* ou *dupla codificação* [*code-switching*] de Jakobson (1969) favorece a percepção de que a comunicação não se restringe à possibilidade de reversão que a invariância do código permite realizar nos processos de tradução ou no esquema codificação-decodificação, não se confundindo, portanto, com certas premissas da teoria da informação (Shannon e Weaver, 1964). Aplicada ao contexto teórico em análise, a dupla codificação permite entender de que modo uma tradução semiótica é possível pela transformação de sentido que o código opera na sua passagem de um sistema de signos a outro – ou de um contexto a outro –, em que, embora mantenha sua estrutura, adquire uma nova função, estabelecendo uma nova rede de interações e ampliando suas propriedades cognitivas para todo o espectro de operações semióticas além do domínio linguístico.

Complementarmente, extraída de Bakhtin e apropriada por Lótmán, a noção de *texto* opera como unidade de significação na comunicação, substituindo as concepções

mais atomizadas do código, do signo ou mesmo da linguagem no processo de tradução de mensagens. Lotman (1978, p. 43) recupera os conceitos de texto e de dupla codificação para afirmar que, “[...] no processo de transmissão da informação, se utiliza de facto, não um só, mas dois códigos: um código que nota a informação e outro que a decifra”. Não se trata apenas de entender a mensagem tal e qual foi codificada em sua fonte, mas da própria capacidade de gerar signos a partir de signos, textos a partir de textos, ou seja, da semiose como processo em que as dissonâncias, os hiatos comunicacionais, competem para enriquecer a linguagem e promover a dinâmica cultural. Diversamente dos códigos ou mesmo da linguagem como sistema organizado de signos, o caráter distintivo do texto reside também no fato de que este não pode ser resumido a um potencial “texto único dos textos”, não sendo passível de ser “traduzido até o fim” como a linguagem verbal, como sistema isolado, supostamente permitiria. O texto, então, cumpre diversas funções em suas relações com o contexto cultural em que se move, ampliando o leque de possibilidades comunicativas para muito além de uma relação linear e binária. Possuindo vários estratos semioticamente heterogêneos que lhe conferem uma dinâmica cultural em nada restrita a uma codificação meramente linguística, o texto constitui-se em um dispositivo capaz de armazenar vários códigos, transformar as mensagens recebidas e ainda gerar novas (Lotman, 1998, p. 82).

Ao examinar as formas de comunicação e de textos disponíveis na cultura, Lotman (2000, p. 12-15) distingue dois tipos de circunstâncias em que o objetivo do ato comunicativo pode estar circunscrito à transmissão de uma informação constante ou nova. No primeiro caso, há coincidência do código entre destinatador e destinatário e o texto carrega um sentido prévio que é assegurado pela estrutura da língua, de modo que sua tradução seja sempre possível dado o caráter reversível do código que estabelece uma correspondência entre texto e linguagem. No segundo caso, a diferença entre o código do texto inicial e aquele ao qual se realiza a recodificação não sujeitaria a tradução a um regime de causalidade, mas apenas a certa margem de intraduzibilidade e imprevisibilidade que seria revertida em novos textos.

O conceito de tradução semiótica é, portanto, utilizado para se referir às operações de transformação da informação de um meio a outro – de um contexto ou sistema cultural a outro –, seja pelo código linguístico, seja por um padrão cultural qualquer, podendo resultar inclusive na permanência do significado, mas sempre na modificação de seu sentido. Desse modo, o modelo proposto por Lótmán, embora admita a comunicação como um sistema monolíngue, como um simples processo de decodificação, contempla também e, sobretudo, as recodificações, os ganhos que sobrevêm das situações de ambiguidade e casualidade que ocorrem a partir da interação entre textos

de cultura em que o estrangeiro desempenha uma função primordial por se referir à condição espacial de fronteira do sistema na qual um signo pode ou não ser traduzido, refletindo seu grau de imprevisibilidade. Como resultado, a comunicação aparece como um fenômeno de passagem, como um agenciamento de sentido entre um meio e outro, em que o estrangeiro ocupa um lugar privilegiado por ser uma incógnita, um elemento estranho que tanto ameaça a integridade do sistema como compete para um ganho qualitativo.

A função epistemológica do estrangeiro na comunicação e na cultura encontra-se diretamente vinculada à compreensão do mecanismo tradutor da fronteira. Na medida em que o espaço semiótico assume a feição de um dispositivo epistemológico, o que está dentro ou fora depende do ponto de vista do observador, e assim também ocorre com a fronteira e o lugar estrangeiro. Essa dupla e antagônica característica da semiosfera permite que se tracem fronteiras inter e intraculturais, tornando a relação dentro e fora, interior e exterior sempre uma visão perspectivista dado o isomorfismo da estrutura espacial: “são ao mesmo tempo parte e semelhantes ao todo”. Essa similaridade na estruturação do espaço, a despeito de suas múltiplas formas de configuração, permite que as traduções por semelhança ocorram por eixos verticais de hierarquia (isomorfismo vertical), gerando um aumento quantitativo de mensagens (Lotman, 1998). Trata-se de uma operação mais elementar, que não traz um ganho qualitativo considerável ao sistema, como sobrevém na produção de textos novos, em que não ocorre uma simples transmissão de informação, mas um conjunto de relações não apenas de semelhança, mas também de diferença, que permite inclusive gerar um processo explosivo. Pode-se imaginar essa situação através de um diagrama em que as subestruturas dispostas em um eixo horizontal não apresentam necessariamente isomorfia entre si – na medida em que se constituam inclusive em linguagens distintas –, mas em relação a um terceiro elemento que se encontra num nível mais alto do sistema, proporcionando uma isomorfia com relação ao contexto que lhe é exterior, a partir do qual traduz a informação respectivamente a sua própria linguagem (Lotman, 1998).

Em função da heterogeneidade do sistema, a possibilidade de comunicação não se restringe à identidade entre os códigos postos em relação, mas amplia-se no horizonte da tradução entre padrões de conexão de diferentes sistemas de cultura. Traduzir implica, portanto, não apenas decodificar um código, mas modificar sua função a partir da mudança de contexto. Ampliam-se, assim, as possibilidades de comunicação com os processos de tradução, não se limitando ao código verbal, mas multiplicando-se na plasticidade que as distintas linguagens podem gerar ao se transladarem de um contexto ao outro, tanto no eixo sincrônico como diacrônico, cujo ponto de partida é

arbitrário na medida em que dependa de um interpretante que não é nem emissor nem destinatário de nenhuma mensagem, mas apenas organiza os fluxos entre os sistemas, não havendo um centro a partir do qual o trabalho da consciência possa regredir a uma realidade absoluta.

3. A diversidade como condição de sustentabilidade dos sistemas

Introduzidos esses conceitos basilares, resta examinar o que aciona o dispositivo propulsor dessa dinâmica ou em que medida um texto estrangeiro torna-se necessário para o desenvolvimento de um espaço próprio e para a introdução de informação nova no sistema. A sugestão de Lotman (1998, 2000) é de que esse dispositivo inteligente, em suas complexas relações com o contexto cultural, esteja relacionado com a memória ao alegar que o texto condensa informação, atuando como uma espécie de logos heraclítico que cresce por si mesmo, alavancando a noção de consciência do plano individual para o coletivo e cultural.

Além de sugerir uma proximidade com uma compreensão autopoietica de um logos expansivo, a proposição de Lótman parece privilegiar o fato de que “[...] o movimento natural da cultura é no sentido da abundância e não da economia” (Machado, 2011, p. 98; tradução nossa), criando as condições necessárias para que se assente uma pluralidade de sistemas culturais e, por conseguinte, evitando a possibilidade de uma cultura única ou que tenda ao universal.

Em primeiro lugar na base de todas as definições está o convencimento de que a cultura possui traços distintivos. [...] dela deriva a afirmação de que a cultura nunca representa um conjunto universal, mas apenas um subconjunto com uma determinada organização. Nunca engloba o todo, até o ponto de formar um nível com consistência própria. A cultura só se concebe como uma parte, como uma área fechada sobre o fundo de não cultura. O carácter da contraposição variará: a não cultura pode aparecer como uma coisa estranha a uma religião determinada, a um saber determinado, a um determinado tipo de vida e de comportamento, mas a cultura precisará sempre de uma contraposição semelhante. Em segundo lugar, toda a variedade das demarcações existentes entre cultura e não cultura reduz-se em essência a que, sobre o fundo de não cultura, a cultura intervém como um sistema de signos (Lótman e Uspenskii, 1971, p. 37-38; grifo nosso).

Na organização sistêmica que Lótman constrói, não se concebe o caráter absoluto, mas relativo da cultura, que apenas adquire positividade quando observado a partir de

si próprio. A suposição de que haja apenas *uma* cultura positiva – porquanto o que se encontra fora de sua abrangência seja mera negatividade – é apenas efeito de uma decisão metodológica que permite delimitar e tipificar um sistema de cultura em detrimento de outros que aparecem como um *fundo de não cultura*. Por um lado, se essa concepção da cultura como espaço semiótico assegura as condições necessárias – ainda que hipotéticas – para que haja uma diversidade de culturas ao sonegar a proposição de uma lógica única à dinâmica cultural, paradoxalmente impede que se atribua uma positividade sincrônica a essa pluralidade de culturas. No esquema sistêmico proposto por Lótman, a única matriz espaciotemporal admissível é a epistemológica. A admissão de uma concepção ontológica de cultura estabilizada por coordenadas espaciotemporais como a proposta pelo sistema cartesiano somente seria possível pela observância de um padrão dominante dado por uma determinada coordenada espaciotemporal; no entanto, dentro de um sistema autorreferencial como proposto por Lótman, a eleição de uma variável representaria apenas um metanível descritivo dentro do sistema, não satisfazendo as condições de uma ontologia que entende o tempo e o espaço como funções invariantes de valores absolutos.

Ao atribuir homomorfismo à estrutura espacial e ao trabalhá-la a partir de uma única matriz epistemológica, a fronteira cumpriria com a função de expansão do sistema ao produzir novos textos, contribuindo com abundância; no entanto, faltaria ainda considerar a hipótese da inclusão de um dispositivo que justificasse a organização e hierarquização desses textos segundo critérios que não fossem apenas randômicos, possibilitando compreender, por exemplo, as contradições que surgem quando se fixa a cultura no seu plano empírico, em que as apropriações ideológicas, imanentes à própria produção semiótica, pudessem justificar o direcionamento de certas escolhas desse dispositivo inteligente do sistema na hierarquização dos estratos semióticos e ainda explicar os ocasionais fechamentos da fronteira que implicam a intraduzibilidade absoluta do estrangeiro. Afinal, o que justifica que metáforas espaciais como centro e periferia, alto e baixo tornem-se assimétricas ao opor valores culturais somente pode ser explicado a partir de representações sociais que impõem a essas instâncias uma função semântica, que, por sua vez, não se concretizaria sem que houvesse condições mínimas de estabilidade das coordenadas espaciotemporais, de modo que se torne válido considerar a hipótese de que o espaço semiótico esteja submetido ao menos a duas matrizes espaciotemporais irreduzíveis uma à outra. Mesmo que não se admita especificamente essa hipótese², torna-se necessário explicar como a diversidade

2 Hipótese que Lótman parece não admitir senão em determinadas circunstâncias.

possa surgir da abundância para além do resultado de um mero cálculo probabilístico e como, sob certas circunstâncias, a fronteira comporte-se de modo “hostil” ao estrangeiro, impedindo que uma tradução efetivamente ocorra.

Esse obstáculo epistemológico levanta algumas hipóteses a partir da interpretação do próprio quadro teórico que Lótman fornece. No entanto, torna-se antes necessário diferenciar abundância de diversidade. Em certo sentido, como no caso de um conjunto limitado de elementos dentro de um sistema, a abundância contrapõe-se à diversidade. Uma vez feita essa distinção, ela pode então ser transposta para a correlação entre abundância-isomorfismo vertical e diversidade-isomorfismo horizontal a partir da exposição que Lotman (1998, p. 32) faz do mecanismo de produção e estratificação de textos. Porém, o que não aparece explícito, mas sujeito à interpretação, é a admissão da ingerência de um dispositivo econômico que oriente as escolhas do sistema segundo a identidade de determinados padrões culturais e que, paradoxalmente, esse critério ideológico – sob certas condições – possa suscitar diversidade. Paradoxo também observável no outro extremo dessa hipótese, quando se admite que a comunicação excessiva possa levar o sistema à homogeneização pela redundância.

Dentro do quadro teórico proposto por Lótman, pode-se especular que a orientação das escolhas atenda a dois dispositivos de regulação do fluxo de informações: a fronteira e a memória. A função da fronteira é traduzir os textos que se encontram fora do espaço semiótico, sugerindo um processo seletivo, mas também opera em relações internas ao sistema – em subsistemas – atuando em uma posição sempre periférica a um centro; enquanto a função da memória é tanto conservar o nível estrutural do sistema, ou seja, o armazenamento da informação, contrapondo-se à maior entropia que ocorre nas fronteiras, como formar e hierarquizar os estratos semióticos, ocupando sempre uma posição central. A concepção sistêmica das funções semióticas pode tanto ser expressa pelo mecanismo de duplicação do espaço como pela assimetria (contradição estrutural) do dispositivo pensante da cultura. Parte-se do princípio de que os sistemas sejam fechados (estruturados) em sua codificação (verbal, visual, sonora, etc.), mas abertos em suas relações com seu contexto mais imediato (outro sistema de signos ou o ambiente), dependendo do nível de análise que se faça. O que estabelece o limite entre um sistema (ou subsistema) e outro são os padrões que delimitam o espaço daquilo que lhe é próprio e daquilo que lhe é estrangeiro, e o que instala a dinâmica entre os sistemas é a possibilidade de modelização desses padrões, garantindo sua tradução mesmo na perspectiva da intraduzibilidade.

Lotman (1998, p. 84) afirma que o mecanismo de duplicação do espaço é o que permite satisfazer amplas funções semióticas, de modo que o mundo se divida em

um espaço que lhe é próprio, ou semiotizado, e um espaço que lhe é estrangeiro, ou não semiotizado, para os padrões daquele espaço. Trata-se de uma função epistemológica e metodológica do espaço na medida em que aquilo que é próprio e aquilo que é estrangeiro encontram-se sempre em perspectiva. O que garante complexidade a esse modelo espacial é sua disposição ou estratificação hierárquica – em que as partes podem funcionar como um todo, e o todo como uma parte – e certo grau de imprevisibilidade inerente ao sistema que não apenas permite produzir novos sentidos através da combinação de códigos diversos, como também hierarquizar esses sentidos, transformando-os em um padrão de conduta.

No caso de uma tradução semiótica, mobilizando sistemas de signos distintos e, portanto, mais sujeitos à ocorrência de certa intraduzibilidade, Lotman (2000, p. 20) então assevera que um “mecanismo de correção” deva ser aplicado diante da pluralidade de possibilidades de tradução [*“repertório de traduções ‘corretas’ (possíveis)”*], de modo que o problema consista em, por um lado, crer que os sistemas estejam sempre abertos a fazer escolhas e, por outro lado, em não supor que essas escolhas estejam previamente determinadas em alguma medida.

O fato de que um dispositivo de tal tipo possa engendrar novos textos e, além disso, seu comportamento não seja regulado por algoritmos automáticos, mas mediante a escolha entre duas ou mais alternativas, ou seja, o fato de que tal dispositivo seja livre, isto o torna racional. A racionalidade não consiste em que o dispositivo escolha soluções “adequadas”, “boas” ou “morais”, mas reside no próprio fato da escolha. Qual destas qualificações será utilizada ou inviabilizada depende da perfeição do mecanismo de correção. Observemos apenas que em toda a história da humanidade ainda não se conseguiu regular satisfatoriamente esse mecanismo no nível da inteligência natural (Lotman, 2000, p. 20; tradução e grifo nosso).

A proposição de que a racionalidade consista apenas no exercício da liberdade e que esta equivalha à capacidade de fazer escolhas, não importando os critérios de decisão, torna o raciocínio de Lótman ambíguo ao fazer equivaler os termos, dando margem à proposição de novas hipóteses. Dentro de certa concepção canônica, a racionalidade é condição da liberdade, e, a rigor, esta apenas faz sentido se tiver ciência das implicações éticas de cada escolha e não estiver sujeita a nenhum tipo de coerção. Evidentemente, na medida em que não se possa estar totalmente imune a algum regime de dominância ideológica, as escolhas nunca são inteiramente livres, mas o automatismo pode ser evitado desde que as decisões estejam orientadas por uma razão prática que aja por princípios

deontológicos. Se a racionalidade não se exprimir sequer pela ação segundo preceitos próprios que lhe dirijam as escolhas a um “como deveria ser” – que não se confunde com um padrão moral já estabelecido –, não há sentido em propor uma inteligência ao sistema senão supor um mero mecanismo de sobrevivência com o qual este não guarda evidentemente o mesmo valor de equivalência semântica.

Nos termos que Lótman coloca, o critério de escolha encontra-se no “mecanismo de correção” e não exatamente no processo tradutório, que apenas processaria os dados “aleatoriamente”. Na medida em que não explicita qual seja o critério, surgem brechas para especular que esse mecanismo seja regulado pela memória, atuando como um programa conservador dos textos de cultura já estabelecidos, ou seja, considerando a variável econômica como aquela que permitiria a homeostase do sistema. Sem memória, não se torna possível estabelecer padrões; sem padrões estabelecidos, não há como compor critérios de escolha que possam orientar os processos tradutórios que ocorrem nas fronteiras, impedindo o automatismo do sistema. Todavia, mesmo em seu movimento de preservação (adaptativo e evolutivo), o sistema cultural que Lótman por vezes apresenta parece privilegiar o estabelecimento de “padrões na diferença” para a redução da entropia, não se aproveitando da “identidade dos padrões” já estabelecidos. Ora, do ponto de vista evolutivo, parece satisfatório supor que haja um ganho qualitativo na produção de signos a partir da combinação de padrões na diferença; todavia, do ponto de vista da homeostase do sistema, a busca pela identidade dos padrões pode ser mais econômica, já que a função da ideologia é justamente escamotear os conflitos, reduzindo as assimetrias e garantindo uma hegemonia cultural.

O paradoxo é que o risco da hegemonia cultural não provém apenas da hipótese de que a memória cumpra uma função reguladora da economia do sistema³, mas também emerge como resultado da comunicação excessiva de um sistema que se expande na exata medida em que a permeabilidade da fronteira mostra-se menos seletiva, seja pelo aumento da velocidade ou da frequência em que se realizam os processos de tradução semiótica. Ora, o que deve gerar diversidade não é a abundância, mas a qualidade do processo comunicacional, que depende de um equilíbrio entre o papel conservador que desempenha a memória e a função multiplicadora que exerce a fronteira, ou seja, entre a homeostase que busca manter a estrutura do sistema e o caráter entrópico da fronteira. Essa hipótese não contraria a proposição de Lótman que admite haver uma espécie de “resistência cultural ao estrangeiro”⁴ e

3 Hipótese que, evidentemente, não exclui o potencial criativo que desempenha a memória nas suas interações com as novas informações que adentram o sistema e são estratificadas semioticamente. 4 Lótman (1979, p. 36) contempla essa possibilidade quando afirma que, “[...] se durante os contatos culturais ocorre a unificação

que submete o mecanismo inteligente de escolha à dominância que exerce o código em um determinado momento histórico, permitindo fazer da fronteira antes uma barreira do que um lugar de passagem.

Deve-se levar em conta, no entanto, que, se, do ponto de vista de seu mecanismo imanente, a fronteira une duas esferas de semioses, a partir de uma autoconsciência semiótica (a autodescrição em um metanível) de uma dada semiosfera, as separa. Tomar consciência de si mesmo no sentido semiótico-cultural significa tomar consciência da própria especificidade, da própria contraposição a outras esferas. Isto acentua o caráter absoluto da linha com a qual a esfera faz fronteira. Em diferentes momentos históricos do desenvolvimento da semiosfera, um ou outro aspecto das funções da fronteira pode dominar, atenuando ou destruindo totalmente o outro (Lotman, 1998, p. 28; tradução e grifo nosso).

Ainda que privilegie apenas a variável histórica (esquecendo-se da geopolítica), o que Lótman sugere não é muito distinto do que aqui se propõe como hipótese. Quando a integridade do sistema se imagina ameaçada pela presença de um padrão cultural hostil, a intraduzibilidade que o estrangeiro representa nem sempre se reverte num processo explosivo, introduzindo informação nova, mas em aniquilamento. Ainda que se trate de uma situação extrema, deve-se levar em conta que na hipótese de um programa econômico ou conservador da memória encontre-se também uma das chaves para explicar a diversidade do sistema. Nesse caso, a diversidade não seria aparentemente resultado de nenhuma escolha apriorística – e nem poderia sê-lo, na medida em que os textos que se encontram fora de um dado sistema de cultura são percebidos como alossemióticos –, mas do conflito entre essas forças contrárias, da qualidade do diferente, da imprevisibilidade com que o estrangeiro, o novo, surge e prospera em um meio inicialmente hostil.

4. Considerações finais

A avaliação qualitativa dos processos comunicacionais não se constitui em uma proposta original, ao contrário, sempre esteve presente, ainda que obliquamente, em várias concepções teóricas apropriadas pelo campo da comunicação. Em parte, tornou-se obsoleta diante da complexidade atual dos processos comunicacionais e da premência em acompanhar irrefletidamente os velozes e

de duas hierarquias compatíveis de códigos, obtém-se um novo tipo cultural. Se, porém, chocam-se dois códigos incompatíveis, ocorre sua mútua destruição: a cultura perde sua língua”.

contínuos desdobramentos dos meios tecnológicos, tornando a comunicação refém de uma visão instrumental e do descompromisso ético e político e, ao mesmo tempo, refratária à visão ortodoxa ditada pela teoria crítica. Se as teorias sistêmicas tendem a negligenciar a avaliação qualitativa na medida em que concedem uma larga margem de autonomia de sentido à linguagem, tornando deficitária toda análise não estrutural dos objetos empíricos, no outro extremo, a posição paradigmática da Escola de Frankfurt enfatiza o contexto cultural e o poder da ideologia em justamente recobrir esses objetos com uma camada de aparência, cuja transparência nunca é revelada senão no horizonte teleológico – e algo redentor – de um logos hegeliano. Abstendo-se de uma avaliação qualitativa que possa estabelecer critérios de julgamento de suas escolhas, os modelos sistêmicos satisfazem a exigência de uma visão pluralista da cultura em que esta emerge, ela própria, como um sistema que autorregula esses critérios, impedindo um exame sincrônico desses sistemas por um observador externo. Por outro lado, a teoria crítica (ainda vista como uma posição epistemológica paradigmática), ao supor, ainda que hipoteticamente, a figura de um juiz absoluto, permite esse quadro comparativo através de uma visão unicista de cultura, cujas implicações hegemônicas são conhecidas.

A superação desse paradoxo encontraria um denominador comum na ideia de trabalho. É o trabalho dialético da consciência que opera o desvelamento da verdade e atribui valor a um objeto. É o trabalho dialético de um programa econômico da memória pela redução da entropia nas fronteiras que garantiria a homeostase do sistema, assegurando-lhe informação diversificada. Neste caso, a avaliação qualitativa teria como critério a capacidade do sistema em gerar diversidade, condição ideal para que novas interações e semioses ocorram pela transformação da informação a partir do fortalecimento da função epistemológica do estrangeiro em sua capacidade de gerar novos textos de cultura. Condição que substituiria, por exemplo, o conceito de arte no plano estético na medida em que se vale de uma variável dependente do próprio mecanismo de regulação dos sistemas (função conservadora da memória e tradutora da fronteira), e não de um critério de julgamento sujeito à imposição de um valor estético absoluto.

O valor artístico, que equivaleria ao valor de verdade, seria então ocupado pelo critério da diversidade de linguagens dentro do modelo sistêmico, causando efeitos similares em ambos os contextos teóricos: o de coibir a estabilização de um padrão hegemônico nos processos comunicacionais tanto da cultura como dos sistemas culturais. Em quaisquer dos casos, mantém-se, contudo, a função da ideologia, ainda que com sentidos distintos. Enquanto na teoria crítica a ideologia assume as feições de uma falsa consciência, no modelo sistêmico desempenharia o papel negativo – e, portanto, criativo – de conser-

vação dos padrões estabelecidos pela memória, forçando o trabalho seletivo das fronteiras em suas escolhas. Em seu programa econômico, a função da memória é restringir o acesso a novos padrões de conexão, aumentando a seletividade da fronteira em seus processos tradutórios, cujo trabalho semiótico é mais intenso nas recodificações do que nas decodificações. Assim, quando Lótman afirma que “o movimento natural da cultura é no sentido da abundância e não da economia”, é preciso aplicar um “mecanismo de correção” para que essas escolhas não sejam randômicas, porém racionais, inteligentes, no sentido da busca de diversidade que, de fato, não ocorre “naturalmente”, mas através de um trabalho semiótico.

Referências

- JAKOBSON, Roman. 1969. *Linguística e comunicação*. 2ª ed., São Paulo, Editora Cultrix.
- LOTMAN, Iuri. 1978. *A estrutura do texto artístico*. Lisboa, Estampa.
- LOTMAN, Iuri. 1998. *La semiosfera I: Semiótica de la cultura y del texto*. Madrid, Ediciones Cátedra.
- LOTMAN, Iuri. 2000. *La semiosfera II: Semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio*. Madrid, Ediciones Cátedra.
- LÓTMAN, Iúri. 1979. Sobre o problema da tipologia da cultura. In: B. SCHNAIDERMAN (org.), *Semiótica russa*. São Paulo, Editora Perspectiva, p. 31-41.
- LÓTMAN, I.; USPENSKII, B. 1971. Sobre o mecanismo semiótico da cultura. In: I. LÓTMAN et al., *Ensaio de semiótica soviética*. Lisboa, Horizonte, p. 37-65.
- MACHADO, Irene. 2011. Lotman's scientific investigatory boldness: The semiosphere as a critical theory of communication in culture. *Sign Systems Studies*, 39(1):81-104.
- SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. 1964. *The mathematical theory of communication*. Urbana, Illinois, The University of Illinois Press.

Artigo enviado em 08/04/2014.